Refinaria de Mucuripe S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

**Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021**

**e relatório dos auditores independentes**

[Relatório da Administração 2022 3](#_Toc256000000)

[Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras 6](#_Toc256000001)

[Balanço Patrimonial 7](#_Toc256000002)

[Demonstração do Resultado 8](#_Toc256000003)

[Demonstração do Resultado Abrangente 9](#_Toc256000004)

[Demonstração dos Fluxos de Caixa 10](#_Toc256000005)

[Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido 11](#_Toc256000006)

[Demonstração do Valor Adicionado 12](#_Toc256000007)

[Notas Explicativas 13](#_Toc256000008)

[1. A Companhia e suas operações 13](#_Toc256000009)

[2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras 14](#_Toc256000012)

[3. Sumário das principais práticas contábeis 14](#_Toc256000015)

[4. Estimativas e julgamentos relevantes 15](#_Toc256000016)

[5. Novas Normas e Interpretações 16](#_Toc256000017)

[6. Caixa e equivalentes de caixa 17](#_Toc256000018)

[7. Fornecedores 17](#_Toc256000019)

[8. Partes relacionadas 17](#_Toc256000022)

[9. Remuneração da administração da Companhia 18](#_Toc256000023)

[10. Tributos 18](#_Toc256000024)

[11. Patrimônio líquido 19](#_Toc256000025)

[12. Despesas gerais e administrativas 20](#_Toc256000026)

[13. Gerenciamento de riscos 20](#_Toc256000027)

[14. Eventos subsequentes 21](#_Toc256000028)

[Diretoria Executiva 22](#_Toc256000029)

**Relatório da Administração 2022**

Á

Assembleia de Acionistas

Refinaria de Mucuripe S.A.

Fortaleza – CE

Cumprindo preceitos legais e disposições do Estatuto Social, apresentamos as Demonstrações Financeiras da Refinaria de Mucuripe S.A. relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas na forma da legislação societária e acompanhadas do Parecer da KPMG Auditores Independentes.

**ASPECTOS OPERACIONAIS**

A Refinaria de Mucuripe S.A. (Refinaria de Mucuripe) é uma sociedade anônima, de capital fechado, subsidiária integral da Petróleo Brasileiro S.A., localizada em Fortaleza, no estado do Ceará. Iniciou suas atividades em 17 de abril de 2021, data em que finalizou seu processo de constituição, com o deferimento do arquivamento da Escritura Pública de Constituição da sociedade pela Junta Comercial do Estado do Ceará e respectiva obtenção do CNPJ.

A Companhia tem por objeto executar as seguintes atividades: (i) refino, processamento, comercialização, distribuição, importação, exportação, transporte e armazenamento de petróleo, seus derivados, correlatos e combustíveis; (ii) produção, distribuição e comercialização de utilidades tais como, energia elétrica, vapor, água, ar comprimido e gases industriais; e (iii) o exercício de quaisquer outras atividades correlatas e afins ao objeto social da companhia, inclusive a prestação de serviços.

Sua constituição tem como finalidade receber a Refinaria Lubrificantes e Derivados de Petróleo do Nordeste (LUBNOR) com capacidade de processamento de 8 mil barris/dia, tendo como principais produtos asfaltos e óleos lubrificantes, fornecidos principalmente para a região Nordeste do Brasil e para os estados do Amazonas, Amapá, Pará e Tocantins. Nesse contexto, ao longo de 2022, a Refinaria de Mucuripe S.A. atuou no cumprimento das obrigações e estruturação necessária para que seja feito o aporte destes ativos na sociedade.

A Petrobras será responsável pela manutenção financeira e operação da companhia até a conclusão do processo de alienação da Sociedade para o novo comprador.

**ASPECTOS COMERCIAIS (EM PROCESSO DE DESINVESTIMENTO)**

Em 13 de setembro de 2019, a Petrobras, seguindo a sua estratégia de otimização do portfólio, anunciou a venda de ativos em refino e logística associada no país, que inclui a LUBNOR, assim como seus ativos logísticos associados.

Em 25 de maio de 2022, a Petrobras assinou, com a compradora Grepar Participações Ltda., contrato para a venda da refinaria LUBNOR e seus ativos logísticos associados. A conclusão da transação está sujeita ao cumprimento de condições precedentes, tais como a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

**POLÍTICA DE GOVERNANÇA E SUSTENTABILIDADE**

As disposições estatutárias da sociedade atendem a Lei 13.303/16 e ao Art. 51 §3º, do Decreto 8.945/2016. Adicionalmente, todas as Políticas e Diretrizes de Governança recomendadas pela holding Petrobras foram adotadas pela sociedade ao longo de 2022.

Considerando que os ativos a serem aportados na Refinaria de Mucuripe ainda estão em face da Petrobras, os Projetos Socioambientais da Sociedade, que está em processo de desinvestimento, constam no Relatório de Sustentabilidade da Controladora, no qual contempla a visão do ativo LUBNOR.

**ASPECTOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS**

Em 02 de dezembro de 2022, foi aportado R$ 650 mil para fazer face às despesas administrativas, em complemento ao valor de R$ 304 mil aportado na constituição da Companhia em 17 de abril de 2021, totalizando R$ 954 mil em 31 de dezembro de 2022. Consequentemente, o Patrimônio Líquido da Companhia encerrou o exercício de 2022 em R$ 134 mil, ante um passivo a descoberto de R$ 2 mil auferido em 2021, conforme demonstrado na **Tabela 1** abaixo.

**Tabela 1 - Balanço Patrimonial 2022 (em R$ mil)**

A Conta Fornecedores do Passivo Circulante refere-se às provisões de despesas das atividades do Contrato de Compartilhamento de Custos e Despesas (CCCD) celebrado com a Controladora Petrobras, na ordem de R$ 739 mil, e demais serviços com terceiros (R$ 33 mil).

Em decorrência das despesas com Compartilhamento de Custos e Despesas (CCCD) com a Petrobras (R$ 433 mil), serviços de auditoria externa (R$ 29 mil), despesas com registros de atos societários (R$ 19 mil) e pagamento de taxas de licenciamentos municipais (R$ 34 mil), a Refinaria de Mucuripe registrou prejuízo na ordem de R$ 514 mil em 2022, conforme **Tabela 2.**

**Tabela 2 – Demonstração do Resultado 2022**



**PROPOSTA DESTINAÇÃO DE RESULTADO 2022**

Tendo em vista que no fechamento do Exercício 2022 a Refinaria de Mucuripe apresentou prejuízo, a proposta de Destinação de Resultado 2022 apresentada pelos Administradores da Companhia, na Tabela 3 abaixo, será destinar o Prejuízo do Exercício na ordem de R$ 514 mil para a conta de Prejuízos Acumulados do Patrimônio Líquido da Sociedade, conforme disposições legais (Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76).

**Tabela 3 – Proposta de Destinação de Resultado 2022**



O saldo remanescente do prejuízo acumulado será na ordem de R$ 820 mil após realizada a destinação de resultado 2022.

**AGRADECIMENTOS**

Nós agradecemos aos nossos colaboradores, acionista, fornecedores e parceiros pela confiança e parceria durante o ano de 2022.

Fortaleza - CE, 24 de fevereiro de 2023.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| ISABELLA CARNEIRO LEÃOPresidente |  | REYNALDO LOPES CARVALHO SOBRINHODiretor Financeiro |

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Balanço Patrimonial

*Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e período entre 17 de abril (data da constituição) e 31 de dezembro de 2021*

*(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)*

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **Ativo** | **Nota** | **31.12.2022** |  | **31.12.2021** |  | **Passivo** | **Nota** | **31.12.2022** |  | **31.12.2021** |
|  | **Circulante** |  |  |  |  |  | **Circulante** |  |  |  |  |
|  |  Caixa e equivalentes de caixa | 6 | 906 |  | 303 |  | Fornecedores | 7 | 772 |  | 305 |
|  |  |  | 906 |  | 303 |  |  |  | 772 |  | 305 |
|  |  |  |  |  |  |  | **Patrimônio líquido** | 11 |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  | Capital social realizado |  | 954 |  | 304 |
|  |  |  |  |  |  |  | Prejuízos acumulados |  | (820) |  | (306) |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  | 134 |  | (2) |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  | **Total do Ativo** |  | **906** |  | **303** |  | **Total do Passivo** |  | **906** |  | **303** |
|  |  As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras. |

Demonstração do Resultado

*Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e período entre 17 de abril (data da constituição) e 31 de dezembro de 2021*

*(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)*

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **Nota** | **Jan-Dez/2022** |  | **Abr-Dez/2021** |
|  |  |  |  |  |  |
|  | Despesas |  |  |  |  |
|  | Gerais e administrativas | 12 | (481) |  | (306) |
|  | Tributárias |  | (34) |  | ‐ |
|  |  |  | (515) |  | (306) |
|  |  |  |  |  |  |
|  | Prejuízo antes do resultado financeiro e impostos |  | (515) |  | (306) |
|  |  |  |  |  |  |
|  | Resultado financeiro líquido |  | 1 |  | ‐ |
|  |  |  |  |  |  |
|  | Prejuízo antes dos impostos |  | (514) |  | (306) |
|  |  |  |  |  |  |
|  | Imposto de renda e contribuição social |  | ‐ |  | ‐ |
|  |  |  |  |  |  |
|  | **Prejuízo líquido do exercício/período** |  | **(514)** |  | **(306)** |
|  | Prejuízo básico e diluído por ação (em R$) |  | (1,44) |  | (1,01) |
|  |  |  |  |  |  |
|  | As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras. |

Demonstração do Resultado Abrangente

*Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e período entre 17 de abril (data da constituição) e 31 de dezembro de 2021*

*(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)*

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  | **Jan-Dez/2022** |  | **Abr-Dez/2021** |
|  |  |  |  |  |  |
|  | Prejuízo líquido do exercício/período |  | (514) |  | (306) |
|  |  |  |  |  |  |
|  | **Resultado abrangente total** |  | **(514)** |  | **(306)** |
|  |  |  |  |  |  |
|  | As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras. |

Demonstração dos Fluxos de Caixa

*Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e período entre 17 de abril (data da constituição) e 31 de dezembro de 2021*

*(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)*

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **Jan-Dez/2022** |  | **Abr-Dez/2021** |
|  | **Fluxo de caixa das atividades operacionais** |  |  |  |
|  | Prejuízo líquido do exercício/período | (514) |  | (306) |
|  |  |  |  |  |
|  | Aumento (redução) de passivos |  |  |  |
|  | Fornecedores | 467 |  | 305 |
|  | **Recursos líquidos utilizados nas atividades operacionais** | (47) |  | (1) |
|  |  |  |  |  |
|  | **Fluxo de caixa de atividades de financiamento** |  |  |  |
|  | Integralização de capital | 650 |  | 304 |
|  | **Recursos líquidos gerados pelas atividades de financiamento** | 650 |  | 304 |
|  |  |  |  |  |
|  | Aumento de caixa e equivalentes  | 603 |  | 303 |
|  |  |  |  |  |
|  | Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício/período | 303 |  | ‐ |
|  |  |  |  |  |
|  | **Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício/período** | **906** |  | **303** |
|  | As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras. |

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

*Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e período entre 17 de abril (data da constituição) e 31 de dezembro de 2021*

*(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)*

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **Capital subscrito e integralizado** | **Prejuízos acumulados** | **Total do patrimônio líquido** |
|  | **Saldos em 17 de abril de 2021 (data da constituição)** | **‐** | **‐** | **‐** |
|  |  |  |  |  |
|  | Aporte de capital | 304 | ‐ | 304 |
|  | Prejuízo líquido do período | ‐ | (306) | (306) |
|  |  |  |  |  |
|  | **Saldos em 31 de dezembro de 2021** | **304** | **(306)** | **(2)** |
|  |  |  |  |  |
|  | Aporte de capital | 650 | ‐ | 650 |
|  | Prejuízo líquido do exercício | ‐ | (514) | (514) |
|  |  |  |  |  |
|  | **Saldos em 31 de dezembro de 2022** | **954** | **(820)** | **134** |
|  | As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras. |  |  |

Demonstração do Valor Adicionado

*Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e período entre 17 de abril (data da constituição) e 31 de dezembro de 2021*

*(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)*

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **Jan-Dez/2022** |  | **Abr-Dez/2021** |
|  | **Insumos adquiridos de terceiros** |  |  |  |
|  | Materiais, energia, serviços de terceiros e outros | (481) |  | (306) |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  | **Valor adicionado recebido em transferência** |  |  |  |
|  | Receitas financeiras | 1 |  | ‐ |
|  |  |  |  |  |
|  | **Valor consumido a distribuir** | **(480)** |  | **(306)** |
|  |  |  |  |  |
|  | **Distribuição do valor adicionado** |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  | **Tributos** |  |  |  |
|  | Estaduais | 4 |  | ‐ |
|  | Municipais | 30 |  | ‐ |
|  |  | 34 |  | ‐ |
|  | **Acionistas** |  |  |  |
|  | Prejuízo líquido do exercício/período | (514) |  | (306) |
|  |  | (514) |  | (306) |
|  |  |  |  |  |
|  | **Valor consumido distribuído** | **(480)** |  | **(306)** |
|  |  |  |  |  |
|  | As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras. |

Notas Explicativas

*(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)*

1. **A Companhia e suas operações**

Constituída em 17 de abril de 2021, a Refinaria de Mucuripe S.A. ou Companhia, sociedade anônima, de capital fechado, subsidiária integral da Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras, com sede em Fortaleza/CE, tem por objeto: o refino, processamento, comercialização, distribuição, importação, exportação, transporte e armazenamento de petróleo, seus derivados, correlatos e biocombustíveis; a produção, distribuição e comercialização de utilidades como, energia elétrica, vapor, água, ar comprimido e gases industriais; e atividades correlatas ao seu objeto social, tal como, prestação de serviço.

Sua constituição tem como finalidade receber a Refinaria Lubrificantes e Derivados do Nordeste (LUBNOR), com capacidade de processamento de 8 mil barris/dia, tendo como principais produtos asfaltos e óleos lubrificantes, fornecido principalmente para região Nordeste do Brasil e para os estados do Amazonas, Amapá, Pará e Tocantins.

Nesse contexto, a Refinaria de Mucuripe S.A. tem atuado no cumprimento das obrigações e estruturação necessária para que esteja apta a receber o aporte destes ativos, atualmente pertencentes à Petrobras, conforme definição de seu acionista Controlador. Os compromissos da Sociedade serão garantidos pela Controladora até o recebimento dos ativos e passivos da LUBNOR, mantendo o pressuposto de continuidade operacional na qual as Demonstrações Financeiras foram elaboradas.

A Companhia possui contrato de compartilhamento de custos e despesas com a controladora Petrobras e segue o Plano de Negócios desta na condução de suas operações. Portanto, estas demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto.

* 1. **Processo de desinvestimento**

A Refinaria Lubrificantes e Derivados do Nordeste (LUBNOR) está inclusa no projeto de desinvestimento das refinarias - segunda fase, dentro das novas diretrizes de gestão de portfólio aprovado pelo Conselho de Administração, tendo teaser enviado ao mercado em 13 de setembro de 2019 e com proposta não vinculante.

Em 11 de maio de 2021, a Diretoria da Petrobras aprovou a celebração de aditivos aos Termos de Compromisso de Cessação (TCCs) firmados com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) para que a Petrobras pudesse seguir com as tratativas para a efetiva conclusão dos processos de negociação e assinatura dos contratos de compra e venda de ativos neles previstos.

Em 25 de maio de 2022, a Petrobras comunicou ao mercado que assinou com a empresa Grepar Participações Ltda. contrato para venda da refinaria Lubrificantes e Derivados de Petróleo do Nordeste (LUBNOR), e seus ativos logísticos associados, localizados no estado do Ceará.

Adicionalmente, sobre a aprovação do CADE, houve a decisão favorável pela Superintendência do CADE ainda em dezembro de 2022, aprovando, sem restrições, a aquisição, pela Grepar Participações, da LUBNOR e seus ativos logísticos associados. No entanto, 2 conselheiros avocaram a decisão para que houvesse julgamento pelo Tribunal do CADE, que foi acatado em 8 de fevereiro de 2023, ficando a decisão sub judice.

A operação está sujeita ao cumprimento de condições precedentes, previstas no contrato firmado com a Grepar Participações.

1. **Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, complementadas por pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão apresentadas nas respectivas notas explicativas.

A Diretoria Executiva da Companhia, em reunião realizada em 24 de fevereiro de 2023, autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras.

* 1. **Demonstração do valor adicionado**

Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas e foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

* 1. **Moeda funcional**

A moeda funcional da Companhia é o real, que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais.

1. **Sumário das principais práticas contábeis**

Para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras, as práticas contábeis são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações.

* 1. **Instrumentos financeiros**

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

* + 1. **Ativos financeiros**
			1. **Reconhecimento e mensuração inicial**

Um ativo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

* + - 1. **Classificação e mensuração subsequente**

Ativos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

* + - * + Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
				+ Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimentos em instrumentos patrimoniais não mantidos para negociação nem contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial, a Companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e
				+ Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.
		1. **Passivos Financeiros**
			1. **Reconhecimento e mensuração inicial**

Um passivo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Exceto por passivos financeiros mensurados ao valor justo, no reconhecimento inicial, passivos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais passivos.

* + - 1. **Classificação e mensuração subsequente**

Passivos financeiros são classificados como mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Financiamentos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período.

Os ativos financeiros e os riscos identificados estão detalhados na nota 13 – Instrumentos financeiros destas demonstrações financeiras.

1. **Estimativas e julgamentos relevantes**

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem diferir dos valores estimados.

A companhia, por conta da simplicidade das operações realizadas até a conclusão dessa demonstração, não apresenta estimativas e julgamentos, que possam eventualmente afetar materialmente a situação financeira e os seus resultados.

1. **Novas Normas e Interpretações**
	1. **Comitê de Pronunciamento Contábeis – CPC**

A companhia é regida pelos regramentos publicados pelo CPC, que emite pronunciamentos e interpretações análogos às IFRS, tal como emitidas pelo IASB. A seguir são apresentados os normativos contábeis ainda em análise pelo CPC, que não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela companhia até 31 de dezembro de 2022.

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **Norma** |  | **Descrição** |  | **Data de vigência** |
|  |  *IFRS 17 – Insurance Contracts and Amendments to IFRS 17 Insurance Contracts* |  |  O IFRS 17 substitui o IFRS 4 - Insurance Contracts e estabelece, entre outras coisas, os requisitos que devem ser aplicados, por emissores de contratos de seguros e resseguros no escopo da norma, e para contratos de resseguros mantidos, no reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação relacionados aos contratos de seguro e de resseguro.  |  |  1º de janeiro de 2023, aplicação retrospectiva com regras específicas.  |
|  |  *Disclosure of Accounting Policies – Amendments to IAS 1 and Practice Statement 2* |  |  Em substituição ao requerimento de divulgação de políticas contábeis significativas, as emendas ao IAS 1 Presentation of Financial Statements estabelecem que políticas contábeis devem ser divulgadas quando forem materiais. Entre outras coisas, a emenda provê orientações para determinar tal materialidade. |  |  1º de janeiro de 2023, aplicação prospectiva para as emendas ao IAS 1.  |
|  |  *Definition of Accounting Estimates – Amendments to IAS 8* |  |  De acordo com as emendas ao IAS 8, a definição de “mudança na estimativa contábil” deixa de existir. Em substituição, foi estabelecida definição para o termo “estimativas contábeis”: valores monetários nas demonstrações financeiras que estão sujeitos à incerteza de mensuração. |  |  1º de janeiro de 2023, aplicação prospectiva.  |
|  |  *Deferred Tax related to Assets and Liabilities arising from a Single Transaction– Amendments to IAS 12* |  |  As alterações reduziram o escopo da isenção de reconhecimento de ativos fiscais diferidos e passivos fiscais diferidos contidas nos parágrafos 15 e 24 do IAS 12 Income Taxes de modo que não se aplique mais a transações que, entre outras coisas, no reconhecimento inicial, dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. |  |  1º de janeiro de 2023, aplicação retrospectiva com regras específicas.  |
|  |  *Lease Liability in a Sale and Leaseback - Amendments to IFRS 16* |  |  Adiciona requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos do IFRS 15 para ser contabilizada como venda - e retroarrendamento (Sale and Leaseback) de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação. |  |  1º de janeiro de 2024, aplicação retrospectiva. |
|  |  *Classification of Liabilities as Current or Non-current /* *Non-current Liabilities with Covenants- Amendments to IAS 1* |  |  As emendas estabelecem que o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte.  |  |  1º de janeiro de 2024, aplicação retrospectiva. |
|  |  |  |  Entre outras orientações, as emendas determinam que a classificação de um passivo não é afetada pela probabilidade de exercício do direito de diferir a liquidação do passivo. Adicionalmente, segundo as emendas, apenas covenants cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante. |  |  |
|  |  |  |  Divulgações adicionais também são requeridas pelas emendas, incluindo informações sobre passivos não circulantes com cláusulas restritivas covenants. |  |  |

Quanto às emendas e normativos listados acima, a companhia não estima impactos materiais da aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

1. **Caixa e equivalentes de caixa**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **31.12.2022** |  | **31.12.2021** |
|  |  |  |  |  |
|  | Caixa e equivalentes de caixa | 906 |  | 303 |
|  | **Total de caixa e equivalentes de caixa** | **906** |  | **303** |
|  |  |  |  |  |

Incluem depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras em fundo de renda fixa, juros de 1,11% a.m., com baixo risco e alta liquidez, os quais atendem à definição de equivalentes de caixa.

Em 2022 a Companhia recebeu R$ 650 em aporte de capital (Nota 11.1) para fazer face às despesas administrativas e pagou tributos estaduais e municipais de R$ 34 e despesas administrativas.

**Prática Contábil**

Representam numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

1. **Fornecedores**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **31.12.2022** |  | **31.12.2021** |
|  |  |  |  |  |
|  |  Terceiros no país | 33 |  | ‐ |
|  |  Partes relacionadas (nota explicativa 8.1) | 739 |  | 305 |
|  | **Total** | **772** |  | **305** |

1. **Partes relacionadas**

A companhia segue a política de transações com partes relacionadas da Petrobras e suas controladas, que visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e situações com potencial conflito de interesses respeitem a legislação e as partes envolvidas nas negociações.

Esta política orienta a Petrobras e suas controladas na celebração de Transações com Partes Relacionadas de forma a assegurar os interesses da companhia, alinhada à transparência nos processos, às exigências legais e às melhores práticas de Governança Corporativa, sem conflito de interesses e em observância aos seguintes princípios:

* Competitividade: preços e condições dos serviços compatíveis com os praticados no mercado;
* Conformidade: aderência aos termos e responsabilidades contratuais praticados pela companhia;
* Transparência: reporte adequado das condições acordadas, bem como seus reflexos nas demonstrações financeiras da companhia;
* Equidade: estabelecimento de mecanismos que impeçam discriminações ou privilégios e adoção de práticas que assegurem e não utilização de informações privilegiadas ou oportunidades de negócio em benefício individual ou de terceiros;
* Comutatividade: prestações proporcionais para cada contratante.

A política também visa a garantir a adequada e diligente tomada de decisões por parte da administração da companhia.

* 1. **Transações comerciais por operação com empresas do grupo**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **Petrobras** | **31.12.2022** |  | **31.12.2021** |
|  | **Passivo** |  |  |  |  |
|  | Circulante: |  |  |  |  |
|  | Fornecedores |  |  |  |  |
|  |  Contrato de Compartilhamento de Custos e Despesas - CCCD (i) | 739 | 739 |  | 305 |
|  | **Total** | **739** | **739** |  | **305** |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |
|  | **Resultado** | **Petrobras** | **Jan-Dez/2022** |  | **Abr-Dez/2021** |
|  |  Despesas adminsitrativas |  |  |  |  |
|  |  Contrato de Compartilhamento de Custos e Despesas - CCCD (i) | (433) | (433) |  | (306) |
|  | **Total** | **(433)** | **(433)** |  | **(306)** |

(i) Refere-se ao Contrato de Compartilhamento de Custos e Despesas Administrativas – CCCD celebrado para que a Companhia utilizasse a infraestrutura de suporte administrativo da Petrobras.

1. **Remuneração da administração da Companhia**

Os membros da diretoria exercem funções gerenciais na controladora Petrobras e não recebem verbas remuneratórias da Refinaria de Mucuripe S.A.

1. **Tributos**
	1. **Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro**

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos registrados estão apresentados a seguir:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **Jan-Dez/2022** |  | **Abr-Dez/2021** |
|  | Prejuízo antes dos impostos | (514) |  | (306) |
|  | Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%) | 175 |  | 104 |
|  | Ajustes para apuração da alíquota efetiva: |  |  |  |
|  | Exclusões/(Adições) permanentes, líquidas | (175) |  | (104) |
|  | **Imposto de renda e contribuição social** | **‐** |  | **‐** |
|  |  |  |  |  |
|  | Imposto de renda e contribuição social diferidos | ‐ |  | ‐ |
|  | Imposto de renda e contribuição social correntes | ‐ |  | ‐ |
|  | **Imposto de renda e contribuição social** | **‐** |  | **‐** |
|  | Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social | 0,0% |  | 0,0% |
|  |  |  |  |  |

Em 31 de dezembro de 2022, as despesas pré-operacionais para fins fiscais não deduzidas totalizam R$ 820 e os créditos fiscais não utilizados R$ 279, para os quais não houve reconhecimento de ativo fiscal diferido para compensação futura por não existirem estudos técnicos aprovados para tal na atual fase da Companhia, dado que ainda se encontra em estágio pré-aporte de ativos.

**Prática contábil**

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos e são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base no lucro tributável apurado conforme legislação pertinente e alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos quando existe direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

1. **Patrimônio líquido**
	1. **Capital social**

Em 2 de dezembro de 2022 foi aportado R$ 650 para fazer face às despesas administrativas, em complemento ao valor de R$ 304 aportado na constituição da Companhia em 17 de abril de 2021, totalizando R$ 954 em 31 de dezembro de 2022.

O capital social subscrito e integralizado no valor de R$ 954, em 31 de dezembro de 2022 (R$ 304 em 31 de dezembro de 2021), está representado por 953.820 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas escriturais com direito a voto e pertencentes ao acionista controlador - Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras.

**Prática contábil**

O capital social está representado por ações ordinárias. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são, quando aplicável, apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários.

* 1. **Prejuízo do exercício/período**

A Companhia apurou prejuízo líquido no exercício de R$ 514 (R$ 306 no período de Abr-Dez/ 2021). Esse resultado decorre, principalmente, da alocação dos gastos e despesas do Contrato de Compartilhamento de Custos (CCCD) com a controladora (vide nota explicativa 8.1).

Esse valor está representado na linha de prejuízo acumulado.

* 1. **Resultado por ação**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **Jan-Dez/2022** |  | **Abr-Dez/2021** |
|  | Prejuízo atribuível aos acionistas | (514) |  | (306) |
|  | Média ponderada da quantidade de ações  | 357.245 |  | 303.820 |
|  | Prejuízo básico e diluído por ação (em R$) | (1,44) |  | (1,01) |

1. **Despesas gerais e administrativas**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **Jan-Dez/2022** |  | **Abr-Dez/2021** |
|  |  |  |  |  |
|  | Compartilhamento de Custos e Despesas - CCCD (nota explicativa 8.1) | (433) |  | (306) |
|  | Serviços de auditoria externa | (29) |  | ‐ |
|  | Anúncios e publicações legais | (19) |  | ‐ |
|  | **Total** | **(481)** |  | **(306)** |

1. **Gerenciamento de riscos**

A gestão de riscos corporativos insere-se no compromisso da companhia de atuar de forma ética e em conformidade com os requisitos legais e regulatórios.

Os riscos são administrados considerando governança e controles estabelecidos, unidades especializadas e acompanhamento em comitês estatutários sob orientação da Diretoria Executiva. Na Companhia, os riscos devem ser considerados em todas as decisões e a sua gestão deve ser realizada de maneira integrada, aproveitando os benefícios da diversificação.

* 1. **Instrumentos financeiros**

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas diante das condições vigentes no mercado.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia e estão demonstradas abaixo em 31 de dezembro de 2022:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **31.12.2022** |  | **31.12.2021** |
|  | **Ativo** |  |  |  |
|  | **Circulante** |  |  |  |
|  | Caixa e equivalentes de caixa | 906 |  | 303 |
|  | **Total** | **906** |  | **303** |
|  |  |  |  |  |
|  | **Passivo** |  |  |  |
|  | **Circulante** |  |  |  |
|  | Fornecedores | 772 |  | 305 |
|  | **Total** | **772** |  | **305** |

* 1. **Mensuração dos instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros da Companhia estão mensurados ao custo amortizado. Os valores justos desses instrumentos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis.

* 1. **Gerenciamento dos riscos**

A gestão de riscos da Companhia é realizada por seus diretores, com base na política corporativa para gerenciamento de riscos de sua controladora. Esta política visa contribuir para um balanço adequado entre os seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a Companhia possa atingir suas metas estratégicas.

* + 1. **Risco de crédito**

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa, que é feita com base nas orientações corporativas de sua controladora Petrobras. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2022.

A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e recebíveis são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua controladora Petrobras e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

* + 1. **Risco de liquidez**

O risco de liquidez da companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa, recebíveis de ativos financeiros ou outros ativos financeiros, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A companhia utiliza seus recursos principalmente com despesas administrativas. O risco de liquidez da companhia é administrado de forma corporativa pela controladora Petrobras.

* + 1. **Riscos de mercado**

Decorre da possibilidade de a companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía exposição material à risco de taxa de juros.

* 1. **Seguros**

A responsabilidade pela contratação e manutenção do seguro é da Petrobras. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possui seguro contratado, dado a sua atual fase de operação.

1. **Eventos subsequentes**

A Superintendência do CADE, aprovou, sem restrições, a aquisição, pela Grepar Participações, da LUBNOR e seus ativos logísticos associados em dezembro 2022. Entretanto, em 8 de fevereiro de 2023, o Tribunal do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE aprovou despacho de dois Conselheiros que requereram a continuidade da análise do caso pelo Tribunal. A medida aprovada pelo CADE segue os trâmites usuais do processo na Autarquia.

Diretoria Executiva

|  |
| --- |
| **DIRETORIA EXECUTIVA** |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
| ISABELLA CARNEIRO LEÃO |
| Presidente |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
| REYNALDO LOPES CARVALHO SOBRINHO |
|  |  | Diretor Financeiro |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  | JOSÉ SILVIO PETRUNGARO |  |
|  | Contador |  |
|  |  CRC/RJ-054431/0 |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |